

A “PRATA DA CASA”: PERCURSOS ACADÊMICOS E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE EX-ALUNAS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1930-1960)

*Sonia de Castro Lopes¹
Patricia 2Gurgel*

A “prata da casa”:
percursos acadêmicos e
trajetórias profissionais
de ex-alunas do Instituto
de Educação do Rio de
Janeiro (1930-1960)

-
- 1 Professora do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atual Coordenadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes/UFRJ). E-mail: sm.lopes@globo.com
 - 2 Licenciada em Pedagogia pela UFRJ. Bolsista de Iniciação Científica Faperj (2011-2013). E-mail: patriciagurgel1987@gmail.com

Educ. foco,
Juiz de Fora,
v. 22, n. 2, p. 73-111,

O Instituto de Educação do Rio de Janeiro³ tem sido objeto de um número expressivo de estudos no campo da história da educação. Entretanto, a maioria tende a concentrar-se em torno de aspectos relacionados à história institucional, em especial aos modelos de formação docente e às práticas educativas ali desenvolvidas entre as décadas de 1930 e 1960 (Castro, 1986; Accácio, 1993; Vidal, 2001; Martins, 1996; Lopes, 2006; Pinto, 2006). Estudos que focalizam especificamente os sujeitos envolvidos no processo educativo são menos comuns, destacando-se alguns trabalhos que priorizaram a identidade discente, como por exemplo, o de Villanova (2007) que traça um perfil das normalistas dos anos 1940-50, através do exame de revistas produzidas pelas próprias alunas. Em relação à categoria docente, vale citar a pesquisa de Accácio (2002) que analisou os concursos para provimento das cadeiras da Escola Normal do Distrito Federal, realizados no período de 1928 a 1930⁴, antes, portanto, da transformação da Escola em Instituto de Educação, fato que só ocorreu em 1932 com a reforma empreendida por Anísio Teixeira, na condição de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal.

Este artigo apresenta resultados de uma investigação sobre o quadro docente do Instituto de Educação do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1960⁵ e tem por objetivo

3 A partir de 1998 denominado Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).

4 Tais concursos foram realizados por iniciativa da administração municipal na gestão de Fernando de Azevedo que dirigiu a Instrução Pública da capital do país entre 1927 e 1930.

5 Na verdade, esse trabalho é resultado da pesquisa que coordeno intitulada Corpo docente do Instituto de Educação entre 1930 e 1960: percursos de formação e trajetórias profissionais que, por sua vez, integra o projeto interinstitucional A construção da identidade do professor do ensino secundário, normal e profissional: uma abordagem comparativa desenvolvida por um grupo de pesquisadores vinculados a diversas instituições do estado do Rio de Janeiro sob os auspícios da Faperj. Nossa pesquisa, em especial, conta com a participação das bolsistas de iniciação científica Patrícia Gurgel (Faperj) e Sarah Rocha (UFRJ) e seus resultados têm sido apresentados em congressos da área (Lopes, 2012, 2013), em Jornadas de Iniciação Científica (Gurgel & Rocha, 2012) e, ainda, em monografia de conclusão de curso por mim orientada (Gurgel, 2013).

analisar a trajetória de normalistas formadas pela referida instituição na década de 1930 que, após terem obtido titulação na Universidade do Distrito Federal (UDF) e na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi/UB), retornam ao Instituto na condição de docentes e acabam tornando-se catedráticas de disciplinas do curso normal.

A formação universitária dessas alunas e o acesso à carreira do magistério ocorrem no contexto do primeiro governo Vargas (1930-1945), durante a gestão dos ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema, responsáveis pela implementação de uma política educacional dualista e excludente que limitava o acesso ao ensino superior exclusivamente aos egressos da escola secundária de caráter propedêutico. Entretanto, as reformas efetuadas no curso de formação docente do Instituto de Educação e as brechas existentes na legislação educacional possibilitaram o ingresso de expressivo número de normalistas nos cursos de formação de professores da Universidade do Distrito Federal (UDF) e, após sua extinção em 1939, nos cursos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi / UB).

As fontes documentais que respaldam nossa argumentação - leis, decretos, regulamentos, fichas de matrícula, históricos escolares, fichas funcionais e livros publicados pelas referidas docentes - foram obtidas no Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (CEMI/ISERJ) e nos arquivos da Faculdade Nacional de Filosofia e Universidade do Distrito Federal localizados no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes/UFRJ).

A GERAÇÃO DE "NORMALISTAS" DOS ANOS 1930

O recurso à abordagem biográfica tornou-se ferramenta útil a essa pesquisa na medida em que tentamos reconstituir percursos de formação e trajetórias acadêmicas e/ou profissionais dos docentes aqui retratados. Sabemos que, especialmente, após o movimento dos Annales essa abordagem

foi identificada com a história tradicional, reduzida a simples crônica de acontecimentos, mais preocupada com a cronologia do que com as estruturas, com os grandes homens do que com as massas (Levillain, 1996).

O trabalho biográfico tem sido frequentemente criticado por pretender dotar a história de vida de uma racionalidade que ela não possui e que, geralmente, é construída *a posteriori*. Para fugir a essa armadilha é comum utilizar-se a noção de trajetória, compreendida como o percurso de um indivíduo e as relações por ele estabelecidas em um determinado campo social. Dessa forma, ao enfatizar o trajeto e as relações sociais, a trajetória escaparia às tentações subjetivas das narrativas biográficas (Araujo & Fernandes, 2007).

Também Pierre Bourdieu (1996), em texto já consagrado, afirma que “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (p.185).

Entretanto, desde o final da década de 1970 assiste-se ao “retorno” do projeto biográfico em função do advento das experiências no campo da história do cotidiano, das minorias, da cultura popular (Loriga, 1998). Ainda assim, por muito tempo, parece que o gosto pelo singular só sobreviveu em escassos espaços da historiografia graças ao sucesso da *prosopografia*, essa espécie de “biografia coletiva” que “não é a de uma pessoa singular e sim de um indivíduo que concentra diversas características de determinado grupo” (Levi, 1996, p. 174). Para Stone (2011), a prosopografia se propõe a investigar as características comuns de um grupo de atores por meio de um estudo coletivo de suas vidas e, de acordo com este autor, o método consiste em “estabelecer um universo a ser estudado para se investigar um conjunto de ações uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e

posição econômica, lugar de residência, educação, ocupação, experiência em cargos e assim por diante” (p. 2).

Escolhemos, portanto, como elementos representativos dessa categoria que denominamos “prata da casa” um conjunto de três professoras cujas características podem se estender a um coletivo maior, embora não se desconsiderem as particularidades, *o pequeno x*, como nos lembra Loriga (2011) que cumpre a função de relativizar a coerência e linearidade das trajetórias descritas.⁶ Foram as aproximações no que se refere às origens sociais, educação, formação, titulação, acesso à carreira e trajetória profissional os fatores que pautaram nossas escolhas. O sentimento de pertencerem a uma mesma geração, marcada pela memória comum em relação a determinados acontecimentos e o fato de terem pertencido a uma faixa etária com forte identidade diferencial (Sirinelli, 1996) foram determinantes para a escolha. Além disso, pesou também o grau de facilidade e/ou dificuldade na obtenção de fontes documentais que pudessem balizar as trajetórias estudadas.

As três personagens selecionadas - Circe de Carvalho [Pio Borges], Irene de Albuquerque, ambas de Prática de Ensino e Iva Waisberg [Bonow]⁷ de Psicologia Educacional iniciaram seus estudos na Escola Normal do Distrito Federal que precedeu o Instituto de Educação, tiveram sua formação pautada pelas reformas do curso normal efetuadas entre 1928 e 1932, por iniciativa de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, respectivamente. Além disso, ingressaram inicialmente no curso de formação de professores secundários da Universidade do Distrito Federal (1935-1939) e, em razão da extinção dessa

6 A expressão “o pequeno x” é atribuída a Johann Gustav Droysen que, em 1863, escreve: “Se chamamos A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então este A é formado por $a + x$, em que a contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade”. Droysen, 1863, vol. IX, p. 13-14, apud Loriga, 2011, p. 14.

7 Como alunas nos anos de 1930 o nome da primeira era apenas Circe de Carvalho, assim como Iva assinava apenas Waisberg. Os sobrenomes Pio Borges e Bonow foram acrescentados após contraírem matrimônio, já na década de 1940.

instituição, completaram os estudos na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, criada em 1939. O ingresso no Instituto de Educação como docentes ocorreu na mesma época, bem como o acesso ao cargo de catedráticas onde foram responsáveis por disciplinas de formação pedagógica do curso normal.

Tomando por referência o *Anuário do Instituto de Educação* publicado em 1968, contabilizamos cerca de onze professores catedráticos que apresentavam perfil semelhante ao das docentes retratadas nesse trabalho⁸. O curioso é que nesse grupo havia apenas um professor - Geraldo Sampaio de Souza - aluno normalista formado em 1934 com passagem pela UDF e FNf/UB que se tornou catedrático da disciplina Metodologia das Ciências Naturais.⁹ Os demais catedráticos, cujos nomes constam do Anuário, ou eram profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados), na grande maioria do sexo masculino, com ingresso no Instituto nas décadas de 1920-30, sem qualquer formação específica para o magistério,¹⁰ ou professores que ingressaram na instituição entre o final dos

8 O Anuário do Instituto de Educação (1968) traz o nome de todos os catedráticos que tiveram assento na Congregação do Instituto desde sua criação (1947) até 1968. Destes, onze correspondem ao perfil de nossas personagens. Esse grupo é composto por Alfredina de Paiva e Souza (Metodologia do Cálculo), Leonilda D'Anibale Braga (Desenho), Circe de Carvalho Pio Borges (Prática de Ensino), Déa Jansen de Sá (Metodologia da Linguagem), Irene de Albuquerque (Prática de Ensino), Helena Marques da Costa Blois (Estatística Educacional), Iva Waisberg Bonow (Psicologia Educacional), Haidée Sanches (Metodologia da Linguagem), Geraldo Sampaio de Souza (Metodologia das Ciências), Josefa Rossi Magalhães e Silva (História e Filosofia da Educação), Mercedes Dantas Itapecuru Coelho (Prática de Ensino).

9 Ainda que o tema seja instigante, não se pretende, nos limites desse trabalho, explorar a categoria gênero em termos de referências teóricas.

10 Compunham essa categoria, que denomino autodidatas professores catedráticos como Corregio de Castro (Matemática/Física), Mário Paulo de Brito (Química) Francisco Mozart do Rego Monteiro e Alfredo Balthazar da Silveira (História), Fernando Raja Gabaglia e Mário da Veiga Gabral (Geografia). Geralmente ministravam disciplinas de formação geral e circulavam por colégios prestigiados, entre eles o Colégio Pedro II. Sua entrada no Instituto de Educação deu-se antes de surgirem os primeiros cursos de formação para o magistério secundário.

anos 1940 e início dos anos 1960, em geral catedráticos de disciplinas de formação geral. 11

Evidentemente, o grupo de normalistas da geração de 1930 que retornou ao Instituto na qualidade de docentes na década seguinte é muito mais amplo, a ponto de não podermos precisá-lo quantitativamente. Algumas foram convidadas por terem se destacado na escola primária do próprio Instituto, outras designadas pelas autoridades educacionais obedecendo a critérios nem sempre transparentes. O fato é que essa forma de acesso à carreira - prática comum na época, talvez pela escassez de cursos superiores - acabou por transformar-se em procedimento padrão nas décadas posteriores. Muitos desses professores interinos (assim eram chamados) obtinham licenciatura em cursos superiores e tornavam-se efetivos por meio de concursos ou enquadramentos legais, mas é fato que poucos conseguiam atingir a cátedra.

Portanto, o que denominamos “prata da casa”, nos limites do recorte temporal adotado pela pesquisa, resume-se a esse universo de onze professores que serão representados pelas três docentes escolhidas. Ainda que se caracterize o presente trabalho como uma biografia coletiva, ou *prosopografia*, não podemos negligenciar o protagonismo das personagens e a excepcionalidade de suas trajetórias em um contexto totalmente adverso. Nesse sentido, tais trajetórias poderiam também ser entendidas como *biografias de exceção*, ou casos extremos, como prefere Levi (1996), se levarmos em conta o campo de possibilidades restrito no qual se desenvolveram as experiências aqui relatadas. Decididamente, não era comum a jovens normalistas das décadas iniciais do século passado

11 Contabilizam-se nessa categoria professores como Evanildo Bechara (Português e Literatura), Vicente Tapajós (História), Solon Leontsinis (História Natural), Dirce Riedel e Leodegário Amarante de Azevedo Filho, ambos de Português. Eram denominados pelas alunas dos anos 1950-60 como “inesquecíveis” pelo prestígio desfrutado em razão da publicação de inúmeros livros didáticos com sucessivas edições e pela inserção em instituições acadêmicas como o IHGB e a ABL ou político-administrativas como Secretarias de Educação. Ver a respeito Lopes (2012; 2013).

ingressar em cursos superiores e iniciarem uma carreira promissora rumo à cátedra. Portanto, as trajetórias em estudo constituem exceções se comparadas à totalidade das professoras formadas na época, muitas das quais sequer prosseguiram na carreira ou quando muito limitavam-se a exercer a docência na escola primária. Assim, a descrição desses casos lança luz sobre as margens do campo social no qual foram possíveis essas trajetórias.

Como se pode observar, a categorização não é tão simples como parece. Pensa-se em biografia coletiva na medida em que os três casos estudados são representativos de uma categoria mais ampla: professoras normalistas que alçaram ao posto de catedráticas; entretanto, se tomarmos por base a totalidade do corpo docente da instituição à época estudada, é possível constatar a originalidade dos percursos e definir os casos estudados como *biografias atípicas*.

O recorte cronológico aqui considerado (1930-60) nos permite também refletir sobre a ideia de um *programa institucional* (Dubet, 2006) desenvolvido no interior da escola, no caso o Instituto de Educação, responsável por um *modo de socialização*, um tipo de relação com o outro capaz de inculcar regras e padrões normativos nos indivíduos que passam a assimilar hábitos característicos do seu grupo social. Ou seja, desenvolve-se todo um processo através do qual o indivíduo se tornou membro funcional de uma comunidade assimilando a cultura que lhe é própria. Nessa perspectiva, o *programa institucional* pode ser definido como “o processo social que transforma valores e princípios em ação e em subjetividade por meio de um trabalho profissional, específico e organizado” (p. 32). Os docentes vinculados a uma instituição detentora de um forte programa institucional, como o colégio em estudo, adotam uma forma de compromisso tão estreita que costumam se referir à vocação para justificar a adesão cega aos valores pregados pelo programa institucional do estabelecimento no qual desenvolvem suas atividades docentes. Pela condição de ex-alunos, talvez o grupo aqui destacado apresentasse

maior grau de coesão e aderência ao projeto socializador do que as demais categorias que integram o quadro docente da instituição pesquisada.¹²

A socialização operada nos indivíduos pela atividade profissional é também discutida por Dubar (2012), quando nos adverte que trabalhar no campo da *sociologia das profissões* implica pensá-las a partir do tripé organização do trabalho – formação - carreira profissional. O autor chama a atenção, ainda, para certas atividades que possuem conotação positiva – aquelas escolhidas, com possibilidades de ascensão na carreira e que produziriam serviços úteis a outros, como, por exemplo, o caso dos professores cujo ofício contemplaria uma dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento social e não se reduziria à troca econômica. Suas atividades dariam sentido à existência individual permitindo aos que as exercem identificar-se por seu trabalho e serem assim reconhecidos, fator imprescindível para a constituição de sua identidade profissional.

Nesse sentido, o autor dialoga com François Dubet quando afirma que os docentes possuiriam um processo específico de socialização, ligando trabalho e carreira e que essa socialização se construiria “no interior de instituições e de coletivos que organizam interações (relações) e asseguram o reconhecimento de seus membros como profissionais” (Dubar, 2012, p. 364).

12 Trabalhamos ao longo da pesquisa com quatro categorias distintas de professores nos limites do período proposto: *os autodidatas*, sem qualquer formação específica para o exercício do magistério que ingressaram na instituição antes do estabelecimento das primeiras Faculdades de Filosofia no país, os professores que tiveram origem no curso normal do próprio Instituto - *a prata da casa* - objeto deste artigo, os *notáveis ou inesquecíveis* – geralmente catedráticos de disciplinas de formação geral cujo ingresso se deu a partir do final dos anos de 1940 e que ainda hoje são celebrados pelas lembranças das ex-alunas e os *assistentes*, contratados a título precário que após alguns anos de exercício tornavam-se efetivos. .

OPORTUNIDADES E ESTRATÉGIAS DE ACESSO À CARREIRA

Se ainda hoje a democratização de acesso à universidade não se constitui em realidade, durante as décadas focalizadas nesse trabalho essa prerrogativa era reservada aos jovens da elite. Aos normalistas ou alunos dos cursos profissionalizantes, esse acesso era legalmente negado. No caso do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) e, especificamente em relação ao curso normal, devido às modificações promovidas pelas reformas do curso normal elaboradas por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que apresentaram uma nova relação entre a escola secundária e universidade, abriu-se uma oportunidade aos alunos normalistas cursar, ainda que de forma restrita, uma universidade.

Circe de Carvalho, Iva Waisberg e Irene de Albuquerque foram mulheres que vivenciaram esse momento singular: normalistas nos anos de 1930 deram continuidade aos estudos nas primeiras universidades criadas na cidade para formação do magistério (Universidade do Distrito Federal e Faculdade Nacional de Filosofia), após o que retornaram ao Instituto como docentes e atingiram o apogeu da carreira tornando-se professoras catedráticas do curso que as formou.

Tradicionalmente ocupado por nomes de grande projeção intelectual, o cargo de professor catedrático era restrito a indivíduos que circulavam em meios acadêmicos como Academia Brasileira de Letras (ABL), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Associação Brasileira de Educação (ABE) ou lecionavam em escolas secundárias prestigiadas, como o Colégio Pedro II e, de modo geral, pertenciam ao sexo masculino. Portanto, as trajetórias aqui descritas constituem exceção não apenas em relação ao percurso acadêmico, mas também em relação à ascensão obtida na carreira docente.

AS BRECHAS INSTITUCIONAIS

Os anos de 1920 e 30 foram pródigos em reformas de ensino, em especial no que se refere à formação docente. Para entender o quadro de mudanças operadas ao nível institucional que favoreceu aos normalistas o acesso à carreira universitária antes negada pelo fato de o curso normal ser considerado profissional, será preciso retomar os fundamentos das reformas efetuadas por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira no cenário do campo educacional do então Distrito Federal.

Fernando de Azevedo, na condição de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-30), reformulou a Escola Normal existente desde o Império, propondo uma nova organização para o curso de formação de professores por meio do decreto n. 3.281/1928 que determinou a ampliação do curso de quatro para cinco anos divididos em dois ciclos: um geral de estudos propedêuticos com três anos e um profissional de estudos pedagógicos com dois anos de duração. Além disso, instituiu um curso anexo de dois anos, anterior ao curso normal, cuja função seria complementar o curso primário dos aspirantes a normalistas, até então única exigência de escolaridade para ingresso no curso de formação de professores (Distrito Federal, 1928).

Esse plano de estudos será mantido até 1932, quando a promulgação do Decreto n. 3.810 modifica essa estrutura. Este decreto “regula a formação técnica de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal, com a prévia exigência do curso secundário, e transforma em Instituto de Educação a antiga escola normal” (Distrito Federal, 1932).

Anísio Teixeira, então ocupante da Diretoria de Educação do Distrito Federal (1931-1935) desenvolve uma nova proposta de organização e estruturação para os cursos de formação docente daquela instituição, de acordo com os parâmetros difundidos no seio do movimento da Escola Nova, do qual era um dos signatários. A reforma de Anísio

transformou a Escola Normal em Instituto de Educação, constituído por quatro escolas: Escola de Professores, Escola Secundária (com dois cursos: um fundamental com cinco anos de duração, e um preparatório, com um), Escola Primária e Jardim-da-Infância. O curso normal, que antes era classificado como curso de formação profissional¹³, transforma-se num curso superior (Escola de Professores) cursado após a escola secundária de seis anos.

Em seu último ano à frente do Departamento da Instrução Pública, Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal (UDF). Mais do que uma instituição de ensino, a UDF seria um espaço de cultura e de formação do magistério, tanto primário quanto secundário. A Escola de Professores do Instituto de Educação foi integrada à UDF sob a denominação de Escola de Educação e passou a ser o centro responsável pela formação de professores primários e pela licença magistral dos professores secundários¹⁴. Este projeto, porém, foi fortemente criticado e desmobilizado após o advento do regime político do Estado Novo, sendo extinto em janeiro de 1939. Seus cursos e alunos foram incorporados a então nascente Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, exceto o curso de formação de professores primários, da Escola de Educação, que não foi absorvido. A formação docente primária permaneceu no Instituto na modalidade normal, retornando ao nível secundário (LOPES, 2006, 2009, 2009 a).

Paralelamente a essas mudanças no cenário das políticas de formação de professores, outra reforma se anunciava no tocante ao ensino secundário, esta de alcance nacional. Trata-se da reforma Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação

13 O ensino pós-primário não superior era dividido em: escolas secundárias; escolas profissionalizantes. O curso de formação de professores, bem como os cursos intermediários do comércio e da indústria, se enquadrava nos profissionais. Para os alunos oriundos desses cursos, era vedado o acesso à universidade (Cunha, 2007).

14 A licença magistral corresponde ao que hoje se denomina licenciatura. Os candidatos ao magistério do ensino secundário faziam cursos específicos nas diversas Escolas da UDF e a formação pedagógica na Escola de Educação.

e Saúde do governo Vargas que se dispôs a reorganizar de forma sistemática a escola secundária com a preocupação de desenvolver um ensino em maior sintonia com o processo de modernização do país.

A Reforma Campos, como ficou conhecida, foi posta em prática sob a forma do Decreto nº 19.890 – de 18 de abril de 1931, e dispôs sobre a organização do ensino secundário (ciclo de escolarização pós-primário não superior). Por determinação deste decreto, ficou estabelecido que o ensino secundário teria duração de sete anos, divididos em dois ciclos: fundamental, de cinco anos e complementar de dois anos. Essa organização, de caráter teórico e conteudista, reforçava o caráter dualista e elitista da educação, uma vez que enfatizava as diferenças quanto à formação profissionalizante e a função preparatória ao ensino superior. (BRASIL, 1931).

Segundo informa Cunha (2007), até a década de 1950, esse era o único curso pós-primário que preparava e habilitava os estudantes para o ingresso nos cursos superiores, diferenciando-se dos cursos técnico-profissionalizante e normal, que apresentando ciclos de caráter prático e com objetivo de suprir a necessidade que o mercado nacional apontava, não permitiam prestar os exames vestibulares.¹⁵

Em termos de ensino superior, uma vez extinta a Universidade do Distrito Federal, foi instituída a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Brasil, 1939), estabelecimento federal padrão do ensino destinado à preparação do magistério secundário. Mantinha seu quadro organizacional disposto em quatro seções principais: Seção de filosofia (curso de filosofia), Seção de ciências (cursos

15 Na verdade, alguns cursos profissionalizantes desde a década de 1940 já permitiam o acesso ao superior, como era o caso do curso industrial que facultava o ingresso em certas modalidades do curso de engenharia e o curso normal que, a partir de 1945, em razão do decreto n. 8195 dava acesso as normalistas a cursos como pedagogia, história, geografia e letras. Apenas no início dos anos de 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 4024/1961) todos os ramos de ensino secundário foram equiparados para efeito de ingresso no ensino superior.

de matemática, física, química, história natural, geografia e história, ciências sociais), Seção de letras (cursos de letras clássicas, neo-latinas, anglo-americanas), Seção de pedagogia (curso de pedagogia), além de uma seção especial de didática (curso de didática). Todos os cursos tinham duração de três anos, com exceção do curso de didática, cuja duração era de um ano (Brasil, 1939).

A FNFi possuía alunos regulares e ouvintes. A primeira categoria, da qual nos ocuparemos, tinha acesso tanto aos cursos ordinários, com ingresso mediante vestibular, obrigação de frequência e exames de avaliação quanto aos cursos extraordinários, onde não era exigido o vestibular, mas a frequência e os exames de avaliação. Os cursos extraordinários tinham por função complementar estudos ou fornecer especialização em alguma área do conhecimento articulada à formação inicial. Em ambos, os alunos recebiam certificação da Universidade.

Os candidatos aos cursos ordinários deviam apresentar, no ato da matrícula, entre outros documentos, o certificado de conclusão do curso secundário fundamental, para alunos formados até o ano de 1942. Aos formados após esse ano, seria exigido certificado de conclusão do curso secundário fundamental e complementar (BRASIL, 1939, artigo 31).

Os alunos obtinham a titulação de bacharéis caso concluíssem os cursos das seções de filosofia, ciências, letras e pedagogia, mas, para receberem o diploma de licenciados deviam cursar a seção de didática, que também podia ser solicitada por alunos de outras instituições. Inicialmente, os cursos de bacharelado podiam ser cursados simultaneamente à seção de didática; porém, a partir de 1941, ficou estabelecido que esta seção somente poderia ser cursada após a conclusão do bacharelado, gerando o que se convencionou chamar de esquema “três mais um” (FÁVERO, 1989).

O Decreto-Lei nº 8.195, de 20 de janeiro de 1945, alterou algumas disposições do decreto de criação da Faculdade Nacional de Filosofia. Entre elas, os critérios

exigidos para a matrícula. No decreto original (1939), o artigo 31, alínea "a" dizia que, entre outros documentos, os alunos candidatos deveriam apresentar o certificado de conclusão do curso secundário fundamental para alunos formados até o ano de 1940, e certificado de conclusão do curso secundário fundamental e complementar, para os formados depois deste ano. Com o novo decreto (1945), ficam dispensados desta restrição, entre outros casos: "(...) os professores normalistas com o curso regular de pelo menos seis anos e exercício magisterial na disciplina escolhida, para os [cursos] de pedagogia, letras neo-latinas, letras anglo-americanas, letras clássicas, geografia e história" (BRASIL, 1945).

Essa última legislação, sancionada em 1945, permitiu aos alunos oriundos de cursos normais o ingresso em alguns cursos superiores. Porém, se atentarmos para o fato de que a Reforma Anísio Teixeira, ao criar o Instituto de Educação, passou a exigir que futuros professores cursassem seis anos de escola secundária, antes da formação específica na Escola de Professores, perceberemos que os alunos normalistas do Distrito Federal, podiam entrar na universidade desde o decreto de 1939, que exigia o certificado de conclusão apenas do curso secundário fundamental.

Da mesma forma, as condições para a inscrição no vestibular da Universidade do Distrito Federal que antecedeu a FNF, também beneficiavam candidatos portadores do certificado de conclusão do primeiro ciclo da escola secundária (UDF, Instrução n. 1, 1935). Três anos depois, quando houve a reestruturação dessa universidade, o ingresso foi também facultado aos "portadores de diploma de professor normalista reconhecido pelo Distrito Federal ou pelo estado que o tiver expedido" (UDF, Instruções n. 21, 1938).

Os anos de implantação dessas mudanças foram vivenciados, em especial, por alunos oriundos do Instituto de Educação do Distrito Federal que puderam cursar estudos em nível superior justamente por encontrarem na legislação brechas proporcionadas por tais reformas.

PERCURSOS DE FORMAÇÃO E REDES DE SOCIABILIDADE

Nascida no Distrito Federal em 7 de junho de 1913, Circe de Carvalho Pio Borges, filha de Francisco de Carvalho e Hortência da Silva Carvalho, faleceu quando este artigo estava sendo elaborado, em 18 de julho de 2013.¹⁶ Ingressou na Escola Normal do Distrito Federal em 1928, no mesmo ano da reorganização de estudos inspirada pela Reforma Fernando de Azevedo, quando o curso normal foi ampliado para cinco anos. Conclui seus estudos em 1932, já no Instituto de Educação, visto que o novo prédio fora inaugurado em março daquele ano. Como seu percurso de formação foi atravessado por duas reformas (Azevedo, 1928 e Teixeira, 1932), sua turma pautou-se pelos dispositivos da primeira. Tendo cursado em 1931 o 4º ano normal ou 1º ano do curso profissional de estudos pedagógicos em acordo com a reforma Azevedo, foi submetida a um curso intensivo de um semestre que incluía no currículo disciplinas como Higiene, Princípios Gerais de Educação, Sistemas públicos de ensino, Sociologia educacional, Organização de classes, Técnicas de ensino e Prática de ensino¹⁷. Habilitada nos exames dessas disciplinas teve seu diploma foi expedido nos termos do Decreto n. 3.281/1928¹⁸.

Em 1938, em razão do disposto nas Instruções n. 21 a respeito da possibilidade de ingresso de professores normalistas nos cursos da UDF, Circe matriculou-se no curso de Técnicos de Educação da Escola de Educação, que após a reestruturação sofrida em 1938, passou a denominar-se Faculdade de Educação. Com a extinção daquela universidade no momento em que acabara de ser promovida ao segundo ano de estudos, Circe foi incorporada à Seção de Pedagogia

16 Tomamos conhecimento de sua morte pelo obituário do jornal O Globo, de 20 de julho de 2013.

17 Conforme disposto no artigo 72 do Decreto n. 3810 de 19 de março de 1932.

18 Conforme histórico escolar da aluna obtido no Arquivo do Centro de Memória do ISERJ.

da FNFi, bacharelando-se em 1940. Em 1941 matriculou-se no curso de Didática onde obteve o título de licenciada em Pedagogia.¹⁹

Antes mesmo da conclusão da licenciatura, ingressa no Instituto como professora interina de curso normal por designação do Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Coronel José Pio Borges, com que se casaria pouco tempo depois.²⁰ Na ocasião, Circe chefiava o Serviço de Correspondência do Departamento de Educação Técnico-Profissional subordinada àquela Secretaria e sua saída do cargo para compor o corpo docente da prestigiada instituição de ensino foi acompanhada de elogios do Secretário, que constam de sua ficha funcional:

O Secretario Geral de Educação e Cultura, considerando a eficiência e a dedicação demonstradas pelo professor de curso secundário, padrão 72- Circe de Carvalho – no exercício das funções de Chefe de Serviço de Correspondência do Departamento de Educação Técnico-Profissional, de que vem de ser exonerada a pedido, a fim de assumir outro cargo, Resolve elogiá-la pelo seu constante zelo, competência e proveitosa colaboração, determinando que o presente louvor conste de sua ficha funcional. Distrito Federal, 6 de agosto de 1941. Pio Borges. Secretário Geral. Secretaria Geral de Educação e Cultura. Publicado em 7-8-1941 (Livro de Designações I.E, 1941, p. 49-verso).

19 Conforme ficha de matrícula e histórico escolar de Circe de Carvalho [Pio Borges]. Arquivo da FNFi. Proedes/UFRJ

20 Cf Livro de Designações (1941), p. 49 (verso). “O Secretário Geral de Educação e Cultura Resolve designar para ter exercício no Instituto de Educação, a professora interina de curso normal padrão 91, matrícula 3312, Circe de Carvalho. Distrito Federal, 5 de agosto de 1941. Pio Borges. Secretário Geral. Secretaria Geral de Educação e Cultura. Publicado em 6-08-1941”. Acervo do Centro de Memória ISERJ.

O ingresso no Instituto como professora interina é, de certa forma, facilitada por sua inserção nos círculos político-administrativos, como se pode depreender pela documentação analisada. Contudo, dois anos depois ela presta concurso e se efetiva como professora de curso normal na disciplina Prática de Ensino.²¹

Iva Waisberg [Bonow], filha de Carlos e Sarah Waisberg, de ascendência judia, nasceu em sete de setembro de 1913 na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tendo falecido na mesma cidade em 1996. Ingressou na Escola Normal em 1929 no primeiro ano do curso propedêutico, em plena vigência da reforma Fernando de Azevedo, mas em 1932 teve o curso adaptado em razão da reforma Anísio Teixeira. Conforme o disposto no referido decreto, “os alunos que cursaram e foram promovidos do 3º ano propedêutico em 1931 poderiam terminar em 1932 o ciclo fundamental do ensino secundário e, simultaneamente, o ciclo complementar especializado para a admissão à Escola de Professores”. (Art. 6º Decreto 3.810/1932). Dessa forma, em 1933 Iva ingressou na Escola de Professores onde faria os dois anos de especialização para tornar-se professora primária.²²

Aluna de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, mestres dos quais se declarava seguidora, Iva diplomou-se na primeira turma da Escola de Professores (1934) antes mesmo da incorporação dessa escola à UDF. Lembrada pelas colegas como “aluna brilhante”²³ ingressou na Universidade do Distrito Federal no

21 Na verdade, o concurso foi para a disciplina História e Filosofia da Educação, matéria que Circe ministrava desde sua entrada no Instituto, mas sua classificação no concurso não lhe permitiu ocupar a referida vaga e a solução encontrada foi alocá-la na Seção de Prática de Ensino. Ver a respeito Recurso Interposto por Circe de Carvalho Pio Borges (processo n. 180-44) à Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais do Gabinete do Ministério da Educação. Publicado no Diário Oficial da União em 22/9/1944, seção I, p. 40. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acesso em 7/8/2013.

22 Cf Histórico escolar de Iva Waisberg. Arquivo do Centro de memória ISERJ.

23 Conforme entrevista de Alda Gomes da Silva, companheira de turma de Iva Waisberg ao Projeto Memória ISERJ em 10/10/2001.

ano seguinte e formou-se pela Escola de Economia e Política na modalidade Sociologia.²⁴ Em fevereiro de 1938 colou grau com a única turma de professores secundários formados pela UDF, “um título conquistado com muito esforço, após um curso universitário de três anos, sem férias nem folga e que valeram por mais de seis anos de uma escola superior tradicional” (BONOW, 2001, p.260).²⁵

Ainda segundo depoimento de companheiras de turma, Iva fora vítima de paralisia na infância e só conseguia caminhar com auxílio de muletas, o que a impedia de realizar certas atividades como educação física, disciplina obrigatória na qual sempre era aprovada por meio da realização de trabalhos teóricos. Em outras épocas, sua matrícula no Instituto teria sido vetada, levando-se em conta, por exemplo, a exigência contida no Decreto n. 8605-A de 31 de agosto de 1946 que regulamentou o ensino normal no Instituto de Educação. Por esse dispositivo, para admissão ao curso normal eram exigidas das candidatas as seguintes condições, dentre outras: “Ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra-indique o exercício da função docente” (Distrito Federal, 1946, cap. III, art. 18, inc. c). A mesma legislação foi responsável por limitar ao sexo feminino seu corpo discente, orientação vigente até 1961, quando foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1961).

De posse do diploma da UDF, Iva passou a exercer o magistério secundário, inclusive no Colégio Pedro II, onde

24 A informação foi obtida na consulta ao arquivo Universidade do Distrito Federal (UDF) que se encontra sob a guarda do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes- UFRJ). Série Corpo Discente/ pasta 1-16..

25 Esse depoimento foi feito por Iva Waisberg Bonow em 1980 à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro por ocasião das comemorações do centenário de instalação da Escola Normal da Corte, criada em 1880 no Rio de Janeiro e da qual o Instituto de Educação é o sucessor. Publicado em MONARCHA, C. (Org). Anísio Teixeira: a obra de uma vida. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 255-264.

lecionou Sociologia na qualidade de docente complementar.²⁶ Mas para obter sua titulação como licenciada, face às novas exigências do Ministério da Educação, solicitou, em 1942, inscrição em disciplina isolada na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e prestou prova de Didática Geral e Especial habilitando-se legalmente ao exercício docente no ensino secundário.²⁷ Talvez por sua articulação mais estreita com elementos ligados ao Movimento da Escola Nova, já afastados dos círculos de poder, não foi beneficiada pelo processo de recrutamento para o Instituto, ainda que sob a forma de professora interina de curso normal, como ocorreu com a colega Circe. Seu ingresso deu-se por concurso em 1943 e, apesar de sua formação ter sido na área de Sociologia, concorreu à vaga de Psicologia educacional, disciplina pela qual foi responsável durante o tempo de permanência na instituição (1943-1966).²⁸ Percebe-se aqui claramente a estratégia utilizada pela docente para ingressar efetivamente na carreira por meio de concurso em uma instituição de prestígio, uma vez que, a partir dos anos de 1940, a cadeira de Sociologia perde espaço na grade curricular do curso de formação de professores, em detrimento da Psicologia educacional que se mantém cada vez mais prestigiada.

Seu comprometimento com o ideário do Movimento da Educação Nova foi demonstrado em um de seus discursos,

26 A categoria “docente complementar” dizia respeito a professores “estranhos” ao quadro, sem vínculo efetivo, contratados a fim de contornar dificuldades como por exemplo, a falta de docentes face ao aumento do número de turmas do referido Colégio. Ver a respeito SOARES, 2013.

27 Ficha de matrícula de Iva Waisberg como aluna de disciplina isolada na Seção de Didática. Arquivo Faculdade Nacional de Filosofia. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes-UFRJ). Série Corpo Discente/Pedagogia.

28 Designação da professora Iva Waisberg para ter exercício na Escola de Educação do Instituto de Educação, datada de 01 de março de 1943 e assinada pelo secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Coronel Jonas Correia. Cf Livro de Designações (1941-1944), P. 120. Acervo do Centro de Memória ISERJ. Percebe-se aqui a estratégia utilizada por Iva para ascender à carreira no Instituto, uma vez que a partir dos anos 1940 a cadeira de Sociologia perde espaço na grade curricular, em detrimento de Psicologia educacional.

realizado em 1945, por ocasião da homenagem realizada no Instituto de Educação ao professor Fernando de Azevedo. Naquela ocasião, aludiu diretamente ao silêncio imposto em relação às experiências dos *Pioneiros* naquela instituição durante o autoritário período do Estado Novo (1937-1945):

Estariamos proibidos de sentir júbilo e não teríamos força para manifestá-lo se a doce, inebriante e quem sabe, curta liberdade, não tivesse revivido entre nós. Mas veio, e dure o que durar, sorvamo-la ansiosamente porque talvez venhamos a precisar de toda coragem para um novo silêncio. (...) Mas a quem devemos a estrutura moral e profissional que nos permitiu atravessar a longa noite da confusão unidos pelo mesmo vínculo profundo de uma formação espiritual? Devemo-la aos pioneiros da educação, a Anísio Teixeira, Sampaio Dória, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Almeida Júnior e à frente de todos, como um paladino, esteve o nosso homenageado de hoje, professor Fernando de Azevedo (BONOW, 1945, p. 94)

Neste discurso descreve-se como “monumento vivo da história admirável e anônima de um grupo de jovens que aprendeu a viver pensando acima de tudo o bem coletivo, a objetividade, o espírito de autocrítica, o amor ao estudo e a análise dos problemas nacionais”, declarando-se representante de uma geração diretamente influenciada pelo *Movimento de Educação Nova*. Referindo-se à “década sombria” que acabavam de viver, perturbada pelo “fascismo internacional e nacional”, lamenta a destruição da obra “sinceramente democrática iniciada em 1927 no Distrito Federal com Fernando de Azevedo e continuada por Anísio Teixeira.” E conclui, assumindo o compromisso com a continuação da obra: “Nós nos espelhamos na alma dos nossos mestres e eles se perpetuarão através de cada um de nós” (id. *ibid.*).

Dois anos mais nova, Irene de Albuquerque nasceu no Distrito Federal em 30 de outubro de 1915, sendo seus pais (talvez adotivos, uma vez que o sobrenome difere e Irene nunca se casou) José Costa Reis Vinhal e Laura Montenegro Barbosa Vinhal. Ao contrário das outras companheiras que haviam ingressado na Escola Normal já no primeiro ano de estudos propedêuticos, sua formação se inicia em 1928 no curso Complementar Anexo (curso de dois anos que complementava a escola primária)²⁹ e somente em 1930 inicia os estudos como normalista. Da mesma forma, sua formação sofre a interferência da reforma de 1932 e, em consequência, Irene cursará em 1932 a quinta série da escola secundária, em 1933 a sexta série (complementar) para ingressar em 1934 na Escola de Professores onde conclui seus estudos no ano seguinte.³⁰ Seu diploma já será expedido pela Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal, criada em abril de 1935.

Em 1937 ingressa na Escola de Economia e Política da UDF, no curso de Geografia e, em 1939, transfere-se para o terceiro ano do curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia.³¹ Para efeito de adaptação de estudos, cursou disciplinas na área da História, tendo em

29 O curso primário, com duração de cinco anos foi considerado insatisfatório, nos termos da Reforma de 1928, para o ingresso no curso normal. Assim, a Escola Normal passou a oferecer o curso Anexo Complementar de dois anos para candidatas que tivessem cursado apenas cinco anos de escola primária. No caso de Iva e Circe essa complementação não foi necessária, visto que já possuíam sete anos de escolaridade, certificada por outras escolas da rede pública, ao contrário de Irene que cursou o Anexo antes de entrar no curso normal. Esclarecido prestado em entrevista de Alda Gomes ao Projeto Memória ISERJ, 10 de outubro de 2001.

30 Adaptação de estudos segundo o artigo 68 do decreto n. 3.810 de 19 de março de 1932. De acordo com o Histórico Escolar da aluna obtido no Centro de Memória ISERJ.

31 Nas observações de sua ficha de matrícula na FNFi lê-se: Transferida em 1939 da UDF para a 3ª série desta faculdade de acordo com o Decreto Lei n. 1063 de 20/01/1939 e o despacho exarado no processo n. 26555-27453/39 pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde. Arquivo FNFi, série Corpo Discente. Proedes/UFRJ.

vista sua formação inicial ser apenas em geografia e em 1940 matriculou-se na Seção Especial de Didática, quando obteve a licenciatura.

Em 1943 concorreu à cadeira de Prática de Ensino no Instituto de Educação, aliás, a disciplina que oferecia mais vagas, uma vez que até aquele momento não havia formação específica em cursos de Pedagogia e quem ministrava essa disciplina eram as professoras mais experientes recrutadas na escola primária do próprio Instituto. O curso de licenciatura obtido na seção de Didática foi suficiente para habilitá-la ao concurso, no qual foi aprovada juntamente com Circe Pio Borges.

TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

Após um longo período sem concurso para a ocupação das cátedras no Instituto de Educação, a Resolução n. 12, de 31 de março de 1947, retoma essa prática. Na verdade, as provas para catedráticos foram rotineiras até 1930 durante a gestão de Fernando de Azevedo na Direção da Instrução Pública. Com a reforma de Anísio Teixeira efetivada pelo Decreto n. 3810, de 19 de março de 1932, houve mudanças na estruturação do corpo docente que passou a ser constituído por professores chefes e professores assistentes, ambos contratados pelo Diretor Geral da Instrução, por proposta do Diretor do Instituto de Educação (art. 51), sendo que para a seção de Prática de Ensino, o Diretor da Instrução deveria designar professores primários ou especializados em número correspondente ao das necessidades de ensino (§ único, art. 51).

O edital do concurso previsto pela Resolução de 1947 exigia dos candidatos o diploma de licenciado expedido por Faculdades de Filosofia oficial ou equiparada ou por faculdade congênere estrangeira, desde que devidamente revalidado. (art. 28, inc. IV). Além disso, solicitava documentação atestando exercício efetivo, durante cinco anos no mínimo, como professor da matéria, ou como professor primário, no caso das

cadeiras de Didática e Metodologia, em estabelecimentos de ensino público oficial (idem, inc. V).

Foram abertas 51 vagas para o preenchimento de cargos de professores catedráticos efetivos do curso normal que seriam enquadrados no padrão M, com direito a dois aumentos decenais correspondentes às letras N e O, sendo 26 para disciplinas de formação geral e 25 para as disciplinas pedagógicas. Havia três vagas para Psicologia Educacional e quatro para Prática de Ensino. No primeiro concurso aberto nossas personagens foram aprovadas, tornando-se catedráticas dessas disciplinas (Iva em psicologia; Circe e Irene em Prática).³²

Relembrando sua atividade no Instituto por meio de depoimento concedido a uma aluna da década de 1940, Circe credita a excelência do curso oferecido no Instituto à “preocupação anterior de renomados educadores, postulantes de ideias progressistas, das quais decorreu a introdução e avançadas teorias no campo educacional”. Referia-se, certamente, aos educadores alinhados ao movimento da Escola Nova que haviam sido responsáveis pela implantação de “novos métodos e processos de ensino” no curso de formação de professores oferecido pela instituição. (Pio Borges, 1993 apud Enéas, 1998, p. 187).

Explica, ainda, que nos primeiros anos de existência do Instituto, ainda na década de 1930, os professores de Prática de Ensino eram selecionados dentre aqueles que desempenhavam com brilhantismo suas funções de regentes de classe nas escolas experimentais (especialmente no Grupo escolar do Instituto de Educação). Entretanto, a partir da década seguinte, a seleção passou a ser feita através da habilitação específica em curso superior (é de 1942 a primeira turma da Faculdade Nacional de Filosofia) e aprovação em concurso público. As informações a seguir, a respeito da dinâmica da disciplina, também foram extraídas de seu depoimento.

32 A nomeação para o cargo de professor catedrático padrão M de nossas personagens encontra-se registrada no Livro de Designações 1944-1947, assinadas pelo Secretário Geral de Educação e Cultura Fioravante Piero à página 194.

(...) Nessa altura, o curso de Prática de Ensino já compreendia uma parte teórica e outra prática. Na primeira, os alunos recebiam noções gerais de didática e informações sobre a estrutura e dinâmica do ensino primário, com destaque para os métodos e processos de ensino, e o suporte da bibliografia atualizada. A parte prática abrangia atividades desenvolvidas, progressivamente, em classes da escola primária do I.E. e de escolas da rede pública, observada a seguinte sequência: observação / co-participação / participação / direção. Existia constante preocupação em integrar a Prática de Ensino com as demais áreas do currículo, notadamente com as Metodologias específicas(...) a carga horária semanal mais extensa do que as demais disciplinas e a própria natureza das atividades desenvolvidas propiciavam um maior entrosamento dos alunos com os professores de Prática (Pio Borges, 1993 apud Enéas, 1998, p. 188).

Após tornar-se catedrática, dedica-se à coordenação e, posteriormente, à direção dos Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento (CEA) criados no Instituto para cuidar da formação continuada do magistério do Rio de Janeiro. Além dessa função, os cursos também se destinavam à formação dos primeiros especialistas em educação: diretores de escola, orientadores e técnicos educacionais, tarefas que depois foram assumidas pelos cursos de pedagogia das Faculdades de Educação, especialmente após o Parecer 252/1969 emitido pelo Conselho Federal de Educação (Anuário do Instituto de Educação, 1968).

Em 1956 foi autorizada a afastar-se do país, sem prejuízo de vencimentos e contagem de tempo de serviço para realizar cursos sobre aperfeiçoamento do magistério na França³³ e, durante a década seguinte, participou de inúmeras comissões

33 Portaria publicada no D.O. de 12/6/1956. Cf Ficha Funcional de Circe Carvalho Pio Borges. Centro de Memória ISERJ.

para verificar as condições e autorizar o credenciamento de cursos normais em diversos colégios particulares do então Estado da Guanabara. Em 1965 participa da criação do Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN), curso em nível superior que funcionou até 1976 nas dependências do Instituto de Educação³⁴ e que teve suas atividades comprometidas após a Reforma Universitária (Lei 5540/1968) pelos sucessivos pareceres do CFE que indicavam a preferência das faculdades de educação para manter cursos dessa natureza.

Nomeada coordenadora da modalidade Prática de Ensino no CFPEN (1966), Circe se aposenta em 1967, permanecendo ainda no exercício de função gratificada como diretora dos Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento até 1975, quando se afastou definitivamente do serviço público.

Respondendo pela cátedra de Psicologia, Iva Waisberg (Bonow após o casamento com José Fernando Bonow), supervisionou o projeto realizado pela professora Maria Violeta Villas Boas³⁵ no final da década de 1940 que consistia em desenvolver um estudo analítico das crianças do Grupo Escolar do Instituto de Educação, com levantamento de dados de ordem pessoal; observação de seu comportamento em várias situações familiares, de estudo e lazer; entrevistas com o aluno, responsáveis e professores tendo em vista familiarizar

34 O CFPEN foi implementado no IEGB a partir do Decreto nº 381, de 02 de abril de 1965, e regulado pela Portaria “F”-SED nº 26, de 20 de junho de 1965 do Conselho Estadual de Educação da Guanabara (GUANABARA, 1965). A criação deste curso se fundamentou na LDB 4.024 de 1961, já que, em seu artigo 59 parágrafo único, facultou aos Institutos de Educação a formação de professores para o curso Normal, “nos institutos de educação poderão funcionar cursos de formação de professores para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.” (LDB 4.024/61, art. 59). O curso criado pelo IEGB teve como objetivo “formar, especializar e habilitar professores para o ensino Normal, em matérias pedagógicas e nos moldes dos cursos pedagógicos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras”. (IE/GB,1965a, p. 01).

35 Maria Violeta Villas Boas foi colega de turma de Iva Waisberg, diplomando-se em 1934 e também na primeira turma de Sociologia da UDF em 1938. Trabalhou no curso normal do Instituto de Educação e na Faculdade de Educação da UERJ. Conforme depoimento de Marion Villas Boas Sá Rego ao Projeto Memória ISERJ em 31 de outubro de 2001.

as professorandas com a criança em idade escolar. Em outra pesquisa procurou traçar o perfil do alunado do curso normal através de um mergulho na situação familiar (nível socioeconômico e cultural), condições pessoais e escolares e os reflexos em seu desenvolvimento, relacionamento e aprendizagem.

Extremamente crítica em relação ao currículo imposto pela Lei Orgânica do Ensino Normal, Iva registra sua opinião no discurso que profere por ocasião da formatura da turma de 1949.. Vale a pena citá-la:

Se nos últimos tempos, em virtude do intransponível obstáculo que a Lei Orgânica do Ensino Normal representa, não foi possível por em execução plano racional, realista e eficiente de formação de professores primários saibam que na administração de Pedro Ernesto, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Mário de Brito isto foi tentado e com resultados extremamente animadores. O que talvez não saibais (...) é que o sistema cujos fundamentos foram lançados por Fernando de Azevedo em 1928, entre 1937 e 45 veio sendo, por incúria, ignorância e má fé dos responsáveis esfacelado, desorganizado, destruído (...) e, o que é mais doloroso, desvirtuado nos seus mais puros e são objetivos educacionais (Bonow, 1950, p. 68)

Ao discursar para a turma que a escolhera como paraninfa, numa atitude crítica diante da nova política de formação de professores recém-imposta pela Reforma Capanema, Iva talvez tenha se sentido no dever de informar às novas gerações que toda uma experiência positiva fora encerrada e silenciada para que aquela pudesse vigorar. As lembranças que conservava de seu tempo de aluna e o convívio com os mestres de quem se dizia "seguidora" acompanharam-na por toda a vida, como

prova o texto escrito em 1980, já citado 36 e o depoimento concedido à pesquisadora Diana Vidal, poucos meses antes de sua morte, em 1996.

Permanecendo no Instituto de Educação até a década de 1960, coordenou vários cursos de especialização para supervisores e diretores de estabelecimentos de ensino médio na tentativa de suprir a carência evidenciada no sistema escolar. Esses cursos tiveram caráter pioneiro e só bem mais tarde as Faculdades de Educação passaram a formar, especificamente, profissionais para exercer tais funções (Villas Boas; Sarahyba; Lima, 1994).

Na condição de catedrática, colaborou na elaboração do projeto do Curso de Formação de Professores de Ensino Normal (CFPEN), sendo, aliás, a primeira diretora deste curso, função que ocupou até maio de 1966, quando se afastou em razão da aposentadoria.

Publicou livros sobre psicologia educacional que circularam em cursos de formação de professores em âmbito nacional: *Manual de trabalhos práticos de Psicologia educacional* (1966), *Psicologia educacional* (1960), *Elementos de Psicologia*, o de maior repercussão com 15 edições entre 1954 e 1975 e *Psicologia educacional e direitos humanos* (1972).

Irene de Albuquerque retorna ao Instituto de Educação como docente do curso normal em 1943 (ainda se chamava Escola de Educação apesar de a UDF ter sido extinta quatro anos antes) graças ao registro obtido no Ministério da Educação após a conclusão do curso superior de licenciatura em Geografia e História na FNFi.³⁷ Seu concurso, contudo, deu-se para a disciplina Prática de Ensino, da qual tornou-se catedrática por concurso alguns anos depois.

36 O texto, originalmente escrito em 1980 foi publicado em 2001. Ver BONOW, 2001, p. 255-264

37 Cf Ficha Funcional de Irene de Albuquerque obtida no Centro de Memória do ISERJ.

Segundo depoimento de Irene a normalistas formadas em 1948, a equipe de Prática de Ensino esforçava-se ao máximo para dar aos alunos-mestres (até essa época as turmas eram mistas) a melhor formação possível e estes respondiam com interesse e bom rendimento. Mas, segundo ela, não havia, naquela época, qualquer literatura a respeito. “Valiam-se, então, da tradição, da própria experiência e das bases científicas da educação” (Albuquerque, 1993 apud Enéas, 1998, p. 190).

Esgotadas as possibilidades de aprendizagem no país, após visita a vários centros de formação docente e participação em diversos congressos Brasil afora, Irene candidatou-se e obteve uma bolsa de estudos na Universidade de Colúmbia (Estados Unidos) onde cursou durante o ano de 1946 e primeiro trimestre de 1947 o mestrado em educação no Teacher's College. Regressando ao Brasil em abril de 1947, prestou concurso para catedrática obtendo a primeira colocação.

Segundo seu depoimento, a partir da restauração democrática e à luz da nova Constituição de 1946, por ato do prefeito do Distrito Federal, firmou-se a posição do Instituto como entidade autônoma, equivalente a um departamento, diretamente subordinado ao Secretário Geral de Educação e Cultura, e destinado tanto à formação quanto ao aperfeiçoamento de professores e administradores escolares do curso primário do Distrito Federal. O interesse governamental pela formação e aperfeiçoamento de professores se manifestava de forma vigorosa, a ponto de, a partir de 1947, o Ministério da Educação passar a oferecer bolsas de estudo para aperfeiçoamento de professores e administradores do curso primário da maioria dos estados brasileiros, através do INEP.

Coordenadora da disciplina Prática de Ensino, em 1953, Irene viajou novamente aos Estados Unidos da América do Norte para fazer estudos e registrar observações sobre os métodos de trabalho e sobre material didático relativo ao

ensino de Geografia. Ao retornar, foi designada pelo Secretário Geral de Educação para exercer a coordenação da disciplina Metodologia do ensino de Geografia e História.

Irene de Albuquerque foi responsável pelo desenvolvimento de uma das mais ricas experiências no campo da prática de ensino. Ao constatar a limitação dos estágios discentes ao campo de excelência da escola-modelo, Irene propôs que as futuras professoras percebessem que um bom trabalho educativo não existia apenas nos grandes centros, mas que poderiam também frutificar em terrenos aparentemente áridos.

Nessa época, as escolas rurais se destacavam por suas características próprias e passaram a constituir um alvo para a prática de ensino extramuros. Em 1948, o diretor do Instituto de Educação e o Secretário Geral de Educação e Cultura, com a ajuda do Diretor de Transportes, conseguiu um ônibus, um dia por semana, para o transporte de cada uma das turmas de professorandas a uma escola rural, onde passaram a ter contato direto com professores e alunos em trabalho de classe e campo. Tempos depois, já em 1961, no então Estado da Guanabara, o Secretário de Educação da época, Flexa Ribeiro, ampliou o “plano experimental de Prática de Ensino” incluindo estágios de observação e participação não apenas em atividades docentes, mas também administrativas e extraclasse tendo como campo diversas escolas primárias do estado (Albuquerque, 1993 apud Enéas, 1998, p. 191).

Irene de Albuquerque teve o mérito de alavancar os estudos de prática de ensino que até então se concentrava apenas na escola-modelo – o grupo escolar do Instituto – bastante distante da realidade que as futuras professoras encontrariam no início de suas trajetórias e que, muitas vezes, tornava-se causa do abandono precoce da carreira.

O processo de desligamento oficial da instituição deu-se no ano de 1965, quando a professora se aposentou, após acumular duas funções docentes no Instituto: professora catedrática e professora do ensino técnico. Em termos de

publicações didáticas, Irene de Albuquerque e Circe de Carvalho Pio Borges, juntamente com outras docentes do IERJ, publicam em 1954 o livro *Didática do Ensino Primário*: diário de atividades da professoranda para uso das escolas normais e institutos de educação. Tão grande foi a tiragem desse livro que em 1960, já havia sido publicada a 7ª edição.³⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do corpus documental obtido no Proedes e no Centro de Memória ISERJ essa pesquisa se propôs a compreender, em um primeiro momento, as possibilidades de acesso de jovens normalistas ao ensino superior ao longo dos anos de 1930 em função das brechas encontradas na legislação de ensino da época, especialmente no que se refere às reformas empreendidas no curso de formação de professores e nos regulamentos das universidades recém-instaladas no Rio de Janeiro (Universidade do Distrito Federal e Universidade do Brasil). Pretendeu-se, em um segundo momento, explorar as trajetórias das três personagens, desde a qualificação nos meios universitários até o ingresso na instituição que as formou e aonde alcançam o posto de professoras catedráticas.

Nessa perspectiva, foi possível inferir que as mudanças vivenciadas pelas jovens normalistas em um momento singular de nossa história educacional permitiram a superação das barreiras de formação e propiciaram novas experiências capazes de conferir um outro sentido as suas trajetórias profissionais. As oportunidades e estratégias de que lançaram mão para lograr alcançar seu intento foram também mencionadas como fatores capazes de subverter as normas vigentes e buscar, ainda que no interior de um espaço limitado de possibilidades, construir uma carreira acadêmica, distanciando-se da maioria das mulheres de sua geração.

38 No exemplar da 8ª edição do livro não consta data de publicação. Em pesquisa na internet foi encontrada uma referência ao livro, porém também não havia data de publicação da obra.

Na qualidade de alunas da primeira instância institucional responsável pela formação de docentes para atuar em cursos de formação de professores (o curso de pedagogia da FNFi), as docentes aqui retratadas foram responsáveis por conferir cientificidade ao campo das disciplinas pedagógicas e configurá-lo como produtor de um saber específico e legítimo no âmbito das escolas normais e das licenciaturas que passaram a formar professores para o ensino secundário. Até o ano de 1943, ano em que efetivamente assumiram a docência no Instituto, logo após a formatura da primeira turma da FNFi, essa função era ocupada por professoras primárias recrutadas entre as mais experientes ou mesmo por aquelas que desfrutavam de uma rede de sociabilidade capaz de promovê-las na carreira docente.

A titulação universitária, os cursos frequentados, até mesmo no exterior, as experiências compartilhadas no interior da instituição, bem como os livros produzidos – quase todos com grande impacto nos cursos de formação de professores – conferiram a nossas protagonistas, autoridade em um campo de conhecimento no qual se tornaram referência para diversas gerações de alunos.

De modo geral, egressas das camadas médias da sociedade e portadoras de um capital social razoável, a formação obtida no meio acadêmico, o sucesso na carreira escolhida, bem como as redes de sociabilidade às quais se articularam, foram fatores que certamente ampliaram as possibilidades de ascensão social, fato que se comprova se cotejarmos os endereços residenciais presentes nas fichas de matrícula como estudantes e, mais tarde, nas fichas funcionais.

O vínculo estreito que nutriam em relação ao Instituto, casa que as formou e onde projetaram suas carreiras, é claramente visível nas declarações e depoimentos concedidos às ex-alunas e às revistas institucionais. Produtos de uma determinada época, as marcas identitárias e o ethos profissional dessas educadoras foram sendo progressivamente forjados pelo programa institucional de caráter socializador a que foram

submetidas, primeiro como alunas e depois como docentes. É bem verdade que no contexto de um programa engendrado nos moldes da modernidade, a vocação se impunha sobre o profissionalismo, enquanto mais recentemente, as profissões, em especial a atividade docente, se desapegam daquela função sagrada (Dubet, 2006).

O paradigma da modernidade, fortemente questionado desde a década de 1970, foi responsável pela disseminação de representações sobre a instituição escolar que se encontram cristalizadas na memória coletiva, mas atualmente são insuficientes para explicar a diversidade que caracteriza nosso cotidiano. A esse respeito, Ângela de Castro Gomes (2004) observa que “os tempos modernos são de consagração do indivíduo na sociedade, quer como uma unidade coerente que postula uma identidade para si, quer como uma multiplicidade que se fragmenta socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas” (p. 12). Portanto, a aparente coerência demonstrada pelas trajetórias aqui relatadas pode ser, em parte, justificada pelo contexto do período abarcado pela pesquisa, embora se tenha consciência de que há diferenciação e descontinuidade em termos de papéis sociais e planos de realidade.

Ainda que esse texto enfatize as semelhanças percebidas na formação e nas trajetórias profissionais, algumas distinções podem ser compreendidas pela adesão das professoras a diferentes redes de sociabilidade que, de algum modo, ajudaram a definir o início da carreira, bem como as afinidades político-ideológicas, aspectos observados mais especificamente no caso de Circe Pio Borges e Iva Waisberg.

Cabe ainda ressaltar que o estudo em foco, tributário de uma abordagem prosopográfica, deve ser entendido como uma tentativa de afirmar a compreensão das trajetórias a partir da reconstrução do campo onde elas se desenrolaram, levando em conta o conjunto das relações que unem os biografados a outros personagens envolvidos no mesmo espaço / tempo e em projetos semelhantes. Essa reconstrução da *superfície social*

em que o agente se encontra é que possibilitará entendê-lo como indivíduo ao mesmo tempo singular e coletivo. Para finalizar, acrescento que o estudo em questão objetivou travar um diálogo entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, já que os sujeitos constituem suas identidades através da memória, de forma retrospectiva e dos projetos, prospectivamente; sem esquecer que essas operações envolvem deliberações e escolhas a partir de um quadro sociocultural e de um campo de possibilidades muitas vezes limitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACCACIO, L. *Instituto de Educação do Rio de Janeiro: a história da formação do professor primário (1927-1937)*. Dissertação de Mestrado [Educação] UFRJ, 1993.

ACCACIO, L. *Docentes e catedráticos: Os concursos para professor da Escola Normal do Distrito Federal*. Tese de Doutorado. [Educação]. USP, 2002.

ALBUQUERQUE, I. et al. *Didática do Ensino Primário: diário de atividades da professoranda para uso das escolas normais e institutos de educação*. Editora Conquista, 1954.

ARAÚJO, M. P.; FERNANDES, T. M. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, C. M. R.; DELGADO, L. de A. Neves. (Org.) *História Oral: Teoria, Educação e Sociedade*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, p..13-32.

BONOW, I. W. Homenagem a Fernando de Azevedo. In: *Arquivos do Instituto de Educação*, v. II, n. 4, p. 83-101, dez. 1945.

BONOW, I. W. Discurso paraninfando as professorandas do Instituto de Educação. In: *Arquivos do Instituto de Educação*, v. II, n. 3, p.66-73, jun. 1950.

BONOW, I. W. *Elementos de Psicologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

_____. *Psicologia Educacional*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1960

_____. (Coord.). *Manual de trabalhos práticos de Psicologia Educacional*. Série Atualidades Pedagógicas, volume 87. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

_____. *Psicologia Educacional e Direitos Humanos*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1972

_____. Anísio Teixeira e o Instituto de Educação. In: MONARCHA, C. (org.). *Anísio Teixeira: a obra de uma vida*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 255-264.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-192.

BRASIL. *Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931*. Dispõe sobre o ensino secundário na República dos Estados Unidos do Brasil.

_____. *Decreto-Lei n. 1190 de 4 de abril de 1939*. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia.

_____. *Decreto-Lei n. 8.195, de 20 de novembro de 1945*. Dispõe sobre alterações do Decreto-Lei n. 1.190 de 4 de abril de 1939.

_____. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

CASTRO, L. V. de. *Uma escola de professores: formação de docentes na reforma Anísio Teixeira*. Dissertação de Mestrado [Educação]. PUC-Rio, 1986.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã*. O ensino superior da colônia à Era Vargas. 3. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DUBAR, C. A construção de si pela atividade do trabalho: a socialização profissional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n. 146, mai./agosto 2012.

DUBET, F. *El declive de La institución – profesores, sujetos e indivíduos ante La reforma del Estado*. Trad. Luciano Padilha. Barcelona, Espanha: Gedisa Editorial, 2006.

ENEAS, Z. S. *Era uma vez no Instituto de Educação*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1998.

ESTADO DA GUANABARA. *Decreto nº 381, de 02 de abril de 1965* regulado pela Portaria “F”-SED nº 26, de 20 de junho de 1965 do Conselho Estadual de Educação da Guanabara. Dispõe sobre a implementação do Curso de Formação de Professores de Ensino Normal no Instituto de Educação do Estado da Guanabara, 1965.

ESTADO DA GUANABARA. Instituto de Educação. *Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal*, 1965a.

_____. Instituto de Educação. *Anuário 1968*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

FÁVERO, M. de L. *Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?* INEP/Editora da UFRJ, 1989.

GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (Org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

GURGEL, P; ROCHA, S. *De normalistas a catedráticas: trajetórias acadêmicas de docentes do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960)*. Comunicação apresentada na XXXIV Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural. UFRJ, novembro 2012.

GURGEL, P. *As normalistas chegam à universidade: trajetórias acadêmicas de alunas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960)*. Monografia. Curso de Pedagogia. Faculdade de Educação, UFRJ, 2013.

LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 141-184.

LOPES, S. de C. *Oficina de Mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

_____. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, p. 597-619, maio-ago. 2009.

_____. A Escola de Educação como eixo integrador da Universidade. In: FÁVERO, M. de L. & LOPES, S. de C. (Orgs). *A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além de seu tempo*. Brasília: Liber Livro/CNPq, 2009 a, p. 45-68.

_____. Quem ensina a ensinar? Um estudo sobre o corpo docente do Instituto de Educação do Rio de Janeiro nas décadas de 1950-60. *Atas do IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. CD Rom ISBN: 978-989-96999-6-0. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 12 a 15 de julho de 2012.

_____. Professores inesquecíveis: Docência e prestígio no Instituto de Educação do Rio de Janeiro nas décadas de 1950-60. *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, CD Rom ISSN: 2236-1855. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 20 a 23 de maio de 2013.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (Org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225-249..

LORIGA, S. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Tradução Fernando Scheibe.

MARTINS, A. de S. *Dos anos dourados aos anos de zinco: análise histórico-cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado [Educação]. UFRJ, 1996.

PINTO, K. P. *Por uma nova cultura pedagógica: Prática de Ensino como eixo da formação dos professores primários no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1937)*. Tese de Doutorado [Educação]. PUC-SP, 2006.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Decreto n. 3281 de 23 de janeiro de 1928*. Reforma do ensino no Distrito Federal, 1928.

_____. *Decreto n. 3810 de 19 de março de 1932*. Transforma em Instituto de Educação a antiga Escola Normal e estabelecimentos anexos, 1932.

_____. Universidade do Distrito Federal. *Instrução n. 1*, baixada em 12 de junho de 1935. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1935.

_____. Universidade do Distrito Federal. *Instruções n. 21*. Dispõe sobre a admissão dos alunos nos diversos cursos da Universidade no ano letivo de 1938.

_____. *Decreto N. 8605-A de 31 de agosto de 1946*. Regulamenta o ensino normal do instituto de Educação DO Distrito Federal, 1946.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Resolução n. 12, de 31 de março de 1947*. Baixa o Regimento do Instituto de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1947.

SIRINELLI, J. F. A geração. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 131-138.

SOARES, J. *Dos professores “estranhos” aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945)*. Relatório de Qualificação de Doutorado em Educação. PUC-Rio, 2013.

VIDAL, D. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

VILLANOVA, C. Z. *No mundo das normalistas: as representações da futura professora nas páginas das revistas Instituto e Normalista*. Dissertação de Mestrado [Educação]. Proped/UERJ, 2007.

VILLAS BOAS; M. V. ; SARAHYBA, M; LIMA, A. *Resgate da memória do Instituto de Educação/RJ de 1930-1970*. Núcleo de Pesquisas em Educação Permanente, UERJ, 1994.

Submetido em: 02/02/2017

Aprovado em: 15/04/2017

A "prata da casa":
percursos acadêmicos e
trajetórias profissionais
de ex-alunos do instituto
de educação do rio de
janeiro (1930-1960)

Educ. foco,
Juiz de Fora,
v. 22, n. 2, p. 73-111,